

## **Museu da resistência: lugar de memória e instrumento da memória**

Carlos Mendes<sup>8</sup>

### **Resumo - Abstract**

A interpretação que a comunidade local faz do Museu da Resistência, antigo Campo de Concentração do Tarrafal, demonstra entendimentos e sentimentos vários sobre este “lugar de memória” de grande valor no contexto da Lusofonia. Trata-se de um património que ocupa na tessitura histórica um lugar de valor inestimável na luta pela Liberdade no quadro da Lusofonia. O Museu é visto como “compensação simbólica”, um dever de memória para honrar as memórias das vítimas; e um lugar de aprendizagem para a cidadania. Apesar dessas leituras, a comunidade local exige mais do Museu.

The interpretation that the local community makes the Resistance Museum, the former Concentration Camp Tarrafal demonstrates various understandings and feelings about this "place of memory" of great value in the context of Lusophone. It is a heritage that occupies a place in the historic fabric of inestimable value in the struggle for freedom within the Lusophone. The Museum is seen as "symbolic compensation", a duty of remembrance to honor the memories of the victims, and a place of learning for citizenship. Although these readings, the local community requires more of the Museum. Keywords (Resistance Museum, local community, a place of memory)

### **Palavras-chave – Keywords**

Museu da Resistência, Comunidade Local, Lugar de Memória.

Resistance Museum, Local Community, Place of Memory.

---

<sup>8</sup> Carlos Mendes é licenciado em Sociologia, pós-graduado e mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente é doutorando em Museologia pela mesma Faculdade. Foi professor na Universidade de Cabo Verde, primeiro semestre, no ano letivo de 2008-2009. Interessa pela investigação das políticas culturais, animação cultural, estudo de públicos, cultura material africana, Estudos Africanos, as memórias nos processos de reconstrução do discurso museológico.

Carlos Mendes is a sociology graduate, postgraduate and master's degree in Museology at the Faculty of Arts, University of Porto. He is currently a doctoral student in Museology from the same Faculty. He was professor at the University of Cape Verde, the first semester in academic year 2008-2009. Interested in the research of cultural policies, cultural activities, public study, African material culture, African Studies, the memories in the process of reconstruction of the museological discourse. bemdesantiago@hotmail.com

## *Museu da resistência: lugar de memória e instrumento da memória*<sup>9</sup>

Carlos Mendes

### **Introdução**

O Museu da Resistência, antigo Campo de Concentração do Tarrafal, é um património histórico que une vários países da Lusofonia. A sua existência material num contexto local específico, Tarrafal de Santiago de Cabo Verde, irradia, simbolicamente, uma distinção memorial para honrar as memórias das vítimas. É um “lugar de memória” que apela o dever de memória como forma de perpetuar o esforço coletivo de pessoas de várias nacionalidades.

Existe como que uma “comunidade da memória,” na perspetiva de uma comunidade alargada da memória, que ultrapassa a micro escala da comunidade local para se tornar operante numa escala transnacional. Testemunha um processo histórico avesso a Liberdade, ao entendimento, o fascismo português ancorada na matriz ideológica de experiência alemã e italiana.

É coisa para dizer que a discussão em torno deste património é rica em informações sobre as condições sociais de produção da memória e sobre o processo cognitivo que o enformam. Apesar de algum trabalho de transmissão de valores histórico do Campo, muitas pessoas desconhecem a sua história e a existência do Museu.

A reconversão num museu, dedicado à memória das vítimas, é uma “contribuição necessária mas não suficiente para honrar o esforço coletivo”, entendimento de João da Mata, coordenador do Museu. De um espaço de turbilhão que mortifica a crença, a liberdade, transforma-se num espaço de compromisso, de

---

<sup>9</sup> Artigo baseado no projeto de investigação intitulado “O Museu da resistência: museu transnacional”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Museologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, segundo a orientação da Professora Doutora Alice Duarte.

Article based on the research project entitled "The Museum Resistance: Transnational museum", developed in the context of the Museology Master degree course at Oporto University Humanities Faculty, under the supervision of Professor Alice Duarte.

Disponibilizado em/Available at URL: <http://hdl.handle.net/10216/55763>.

celebração, de questionamento sobre a humanidade, o “erro histórico” e a esperança para um futuro melhor. Daí que a sua inserção no contexto pós-colonial tem toda a razão de ser, num ambiente sociopolítico e geopolítico marcado por instabilidade.

É um espaço de memória mas também de identidade no qual as pessoas contam narrativas, prosseguem as memórias das vítimas e do lugar, proclamam as consciências históricas, alimentam expectativas para um desenvolvimento local mais harmonioso com a memória; mas é também espaço de fronteiras reais e imaginárias ilustradas nas representações sobre o Campo de Concentração e do Tarrafal. A sua função ultrapassa um mero exercício de reativação da memória para se tornar numa memória processual, dinâmica e libertária que educa para a cidadania local e global.

Atualmente se discute a importância da memória em diversas áreas disciplinares e o trabalho de reconstruções dos eventos históricos. Aportes teóricos avolumam-se, com corpos disciplinares que fazem uso da memória para o entendimento do processo histórico. Os casos da História Social da Recordação, a Sociologia Interpretativa, a Antropologia, etc., são alguns exemplos que fazem uso da memória coletiva na abordagem da vida quotidiana. No campo historiográfico, essa compartimentação analisa os modos de transmissão das recordações públicas e a intensidade com que a mesma perdura no tempo. A continuidade e permanência da memória numa sociedade são ilustradoras da existência de uma determinada “comunidade de memória” que serve de correia de transmissão da mesma às gerações futuras.

Enquanto elemento de comunicação e de equilíbrio social – nó de coesão social-, a memória tem a função na reconstrução e manipulação do presente (Lowenthal 1985). É na tessitura da vida social é que se dá o processo de reestruturação da memória no presente, selecionando e ordenando elementos dignos de serem recordados ou suprimidos. O trabalho de inquirição da memória é um trabalho muito complexo porque envolve interesses sociopolíticos em permanentes competição no campo memorial.

No caso do Campo de Concentração do Tarrafal, nem sempre foi alvo de uma atenção cuidada; arrastamento de processos vários, que envolvem incúria e outros interesses instalados, provocou como que uma “sonolência imposta”. Apesar de algum trabalho feito no sentido da sua patrimonialização e musealização, as coisas não têm

sido suficientemente definidas, para o desenvolvimento museológico, que abrange os parâmetros de um museu de estruturas desenvolvidas.

Fazer um trabalho de memória exige posturas desconstrutivas, reconstrutivas e interpretativas do processo histórico; exige um trabalho que a nível epistemológico, mas abrangente e integradora, da recolha oral e da cultura material dos momentos do presidio, e de novas soluções museográficas mais conforme com o processo histórico e a contemporaneidade.

Centramo-nos nesta problemática, alinhavamos um conjunto de questões como elemento integrador desta reflexão. Que imagem e que representação a população local tem do Campo de Concentração do Tarrafal agora reconvertido num Museu? Como é que avalia essa reconversão? Que significado atribui a esse património?

Estas questões, para além de ilustrarem a importância que esse património representa para a comunidade local, procura compreender a forma como a população local apropria o Museu, atribuindo significado de acordo com as suas memórias sobre o sítio histórico.

### **1. “Lugar de memória”, dever de memória e meios de memória**

As transformações socioculturais nos dias de hoje exigem novos processos reflexivos que têm na memória um elemento reformulador e transformador da sociedade; não faz sentido refletir sobre a memória enquanto elemento estático, servindo de baú dos vestígios e lembranças do passado. A memória é uma realidade dinâmica que intervém no processo de tessitura social, ilustrando elementos de formação cívica e de transformação social. Por ser uma realidade multidimensional, a sua fragmentação e recomposição encontra-se relacionado com os mecanismos de construção e reconstrução identitária dos indivíduos.

Nunca a memória ganhou tanta expressão como nos séculos, precedente e corrente. Existe como que uma “arqueologia” dos lugares e meios de memória - bibliotecas, museus, arquivos, narrativas, história oral, etc.-, em vários lugares. Os eventos da 2ª Guerra Mundial, e a descolonização, com a emergência de estados pós-coloniais, contribuíram no processo de valorização das questões de memória.

A memória é alvo de várias apropriações teóricas. Foi com o sociólogo francês, Maurice Halbwachs (1950), *La Memoire Collective*, que a memória no seu carácter coletivo foi utilizada. Com este autor ficou claro que a memória é diferente nos agregados sociais, sendo elemento diferenciador de cada grupo social. Com este autor a memória ganhou espaço em outras disciplinas.

Perfilam autores que dão azo a esse conceito. Jacques Le Goff (1984), Pierre Nora (1997), Paul Connerton (1993), Paul Ricoeur (1996), Pollak (1992), só para referir esses, são os casos paradigmáticos no tratamento da memória para o conhecimento histórico e sociológico. A memória, como fator importante na construção científica, deve muito a mudança de paradigma nas ciências sociais.

Em *Les Lieux de Mémoire*, Nora (1997) reflete sobre a História dos lugares de memória, entendidos como unidades significativas de ordem material ou imaterial que a vontade dos homens, com o passar dos anos, os transformou num momento expressivo do património da comunidade, na sua relação com a afirmação de identidades. Nesses lugares se encontram encarnados e representados as memórias de uma nação, onde se cruzam várias memórias individuais e coletivas. Nessa arqueologia da memória, categorizando os movimentos evocativos da memória, Nora sustenta que os eventos comemorativos são feitos através da apropriação da memória pela História e pela proliferação de movimentos identitários sociais e políticos que contribuem para a afirmação da cidadania.

Ainda na senda da relação memória e a História, Raphael Samuel reflete sobre a existência de uma memória ativa e dinâmica, relacionando-a dialeticamente com o pensamento histórico, ao invés de ver apenas como uma espécie de seu negativo. Sobre este ponto de vista, sustenta: “ (...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela apresenta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual” (Samuel 1997, 41-45).

O que se reitera nesta discussão é que a memória está na base do controle do passado, sendo, portanto, uma questão de poder, alvo de seleção. Por questões de contingências, inerente aos processos dessas transmissões, a memória é alvo de deturpação, e de outras situações menos abonatórias.

Tzvetan Todorov, na sua importante obra, *Los abusos de la memoria*, analisa criticamente a memória, dizendo que na sociedade contemporânea há um culto da memória traumática. No entanto, defende aquilo que denomina de «bons usos dos abusos da memória» em duas manifestações: no sentido *literal* ou *exemplar*. No seu sentido *literal*, o evento é visto como “permanecendo intransitivo e não levando mais além de si mesmo” (Todorov 2000, 30). No seu sentido *exemplar*, o evento é visto nas suas generalizações, sem que tenha sido negado a sua singularidade. Defende um trabalho de luto (Ricoeur 1996), onde se neutraliza e marginaliza o sofrimento, abrindo-se “essa lembrança à analogia e à generalização” para transformar o passado em princípio de ação para o presente (Todorov 2000, 31). Duas leituras sobressaem sobre esses aspetos. A memória *literal* é fechada, não libertária; a memória *exemplar* recorre do passado para se tornar libertária no processo de luta pela justiça no presente.

Também Paul Connerton (1999), em “Como as Sociedades recordam”, dá conta dos abusos da memória nos regimes autoritários. O autor refere que “a escravidão mental dos súbditos de um regime totalitário inicia-se quando as suas recordações lhes são retiradas” (Connerton 1999, 16-17). Por isso sustenta que: “A luta dos cidadãos contra o poder de Estado é a luta da sua memória contra o esquecimento compulsivo e que fizeram sempre desta luta o seu objetivo não só para se salvarem a si próprias, mas também para sobreviverem como testemunhas para as gerações vindouras, tornando-se incansáveis arquivadores” (Connerton 1999, 17).

O apela à memória, o seu questionamento na reflexão crítica, constitui grande desafio para fazer face ao esquecimento. O esquecimento, muitas vezes, é trabalhado através de artifícios para “apagar das memórias” certos eventos que não abonam os grupos sociopolíticos dominantes. “O esquecimento é o emblema de quão é vulnerável é nossa condição histórica” (Ricoeur 1996, 300). Ricoeur fala dos abusos da memória, também, na perspectiva da memória obrigada. À essa memória imposta, o dever da memória navega entre um bom uso e abuso. O esquecimento é o reverso da memória. O

esquecimento poderá ter uso moderado e excessivo. O caso da amnistia é o uso moderado do esquecimento como forma conceder perdão e favorecer a reconciliação de alguém com a coletividade.

O trabalho do dever da memória consiste na formulação dos processos que envolve a verdade e a justiça; é caminhar no roteiro da memória *exemplar* (Todorov 2000) para transformar o “lugar de memória” num espaço de reflexão crítica que apela a participação cívica de todos, incluindo àquele que vivenciou a experiência, também a sociedade civil beneficiadora desses testemunhos.

Jelin fala em “mecanismo de ampliação de compromisso social com a memória” como forma de trazer para a tela de reflexão o processo de reinterpretação e de ressignificação do sentido das experiências transmitidas (Jelin 2007, 59). A ideia base desta proposta é de incluir uma multiplicidade de vozes e ouvidos no seio de uma comunidade de memória como forma de reforçar o “compromisso social com a memória”.

No caso específico do antigo Campo de Concentração do Tarrafal, agora Museu da Resistência, esse compromisso social traduz-se nos movimentos sociopolíticos de recordação como dever de memória para honrar as memórias das vítimas do fascismo do Estado Novo português. É o compromisso trabalhado pelos “empreendedores da memória” (Jelin 2007) como forma de trazer para o espaço público várias vozes, desde da «comunidade de experiência» vividas com fascismo mas também «comunidade de solidariedade» com àqueles que sofreram na pele os abusos do poder.

Em Portugal há um esforço da sociedade civil no sentido de solidariedade para com as memórias das vítimas. Caso dos movimentos: Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, Comissão do Livro Negro do Regime Fascista e Tribunal Cívico Humberto Delgado, são alguns exemplos de agregações da sociedade civil que lutam para que o dever da memória seja salvaguardado.

Em Cabo Verde, timidamente, temos a Associação dos Ex-Presos Políticos, ACEP, que se refere à segunda fase de funcionamento do Campo de Concentração, denominado Campo de Trabalho Forçado.

De qualquer das formas, é importante salvaguardar a memória das vítimas e do lugar de memória que é o atual Museu da Resistência, com novos traços que legitima discursos que valorize a memória sem entrar no jogo de «banalização» e de «sacralização». Um espaço pedagógico para a cidadania que valorize o processo histórico. O desenvolvimento do discurso que valorize a sacralização do espaço incorre no erro de valorizar as lembranças “negando-se a possibilidade de interlocução entre o passado e o presente”, impossibilitando o processo de “reconstrução histórica do evento e a sua discussão no presente” (Ferreira 2006, 199). A mesma preocupação com a banalização que obstrui o presente através da repetição do passado.

No caso do Museu da Resistência, o trabalho de memória deve-se traduzir no processo de reconstrução da memória de resistência que envolvesse todos os intervenientes do processo.

## **2. O Museu e a comunidade local; representação, discurso e identidade**

### **2.1. O Museu da Resistência. Discurso e significados, oficial e local**

A História contemporânea é rica em trabalhos de memória que retratam os maus tratos dos poderes hegemónicos infligidos aos mais fracos. Há uma preocupação na reconstrução de alguns lugares de memória, de forma crítica, para dar conta dos males do passado. No século XX, com o fim da 2ª Grande Guerra, há um “processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto dos milhares de judeus que viviam na França” (Heymann 2007, 18-19). A mesma preocupação também se estende a outros lugares de memória que experimentaram experiência de mortificação física e psicológica. O Campo de Concentração do Tarrafal, agora Musealizado, é o testemunho desse processo.

O Decreto-lei n.º 26.539 de 23 de abril de 1936 constitui o marco legislativo responsável pela criação do Campo de Concentração do Tarrafal. O objetivo, dessa atitude insana, era o de isolamento dos opositores ao regime então no poder. Nos dois períodos de funcionamento do Campo (1936 a 1954; 1962 a 1974), o saldo humano é francamente confrangedor: dos 340 presos antifascista (1936 a 1954), faleceram 32 de



doença e maus tratos; dos 238 nacionalistas africanos presos (1962 a 1974), morreram 4 até ao encerramento do Campo.

Em 1974, a Revolução de 25 de Abril ditou o encerramento do Campo. Por arrastamento, alguns países africanos colonizados conquistaram as suas independências. Para sempre o Campo ficou marcado pelas piores razões. Ainda paira na memória coletiva a “má memória”, “Tarrafal nunca mais”, “Campo de morte lenta” de “trabalho forçado”. E o Concelho do Tarrafal também ficou conhecido, muitas vezes confundido, com o Campo de Concentração. É esse imaginário ilustrado na metáfora de linguagem e imagem sobre o Campo que cunha identidade do sítio com o Concelho e este com o sítio. Mas a imagem central, é a sua carga histórica e simbólica partilhada nos discursos oficiais e locais.

Enquanto lugar de memória, o Campo foi classificado como património nacional segundo a Resolução n.º 33/2006. A sua importância histórica e civilizacional é o motivo de tal distinção.

Em 2000, o Campo foi reconvertido no Museu da Resistência como distinção memorial das vítimas, funcionando em condições minimalistas, após algumas intervenções no espaço fruto da Cooperação Portuguesa.

Mais de três décadas após a queda do regime salazarista que obrigou ao encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal, coloca-se a questão de como honrar as memórias das vítimas do fascismo e qual é a melhor forma de se fazer face ao esquecimento irreversível. O compromisso com a memória surge como manifestação dos responsáveis do Estados dos Países da Língua Oficial Portuguesa refletirem, num esforço conjunto, a melhor forma de honrar as memórias das vítimas.

No ano de 2009, com o Simpósio Internacional sobre os 35 anos do encerramento, refletiu-se sobre a possibilidade de repensar a musealização do sítio com novos trabalhos de recolha de memória das vítimas do segundo período. Com esse encontro internacional, no quadro das atividades do evento, foram realizadas exposições em duas celas como forma de reconstruir o evento.

## **2.2. Museu e comunidade: entendimentos e expectativas**

As discussões em torno da história do Campo de Concentração e a sua reconversão num Museu dedicado à memória das vítimas é rica sobre as condições locais e oficiais de produção da memória e sobre os processos cognitivos que operam na mesma. Por ser um processo social, a sua transmissão é feita através de diversos meios existentes mas também de mensagens que testemunham códigos simbólicos partilhados, de experiências e prática quotidiana no contexto local. No entanto reconhecem que, apesar da existência do Museu, ainda prevalece o silêncio e a ausência de um espaço de divulgação da memória para outros lugares.

O Museu é visto como uma «compensação simbólica» para honrar as memórias das vítimas. Um espaço de reconstrução das memórias representativo de todas as fases de funcionamento do Campo. Para isso, é necessário fazer o trabalho de “resgate da memória” que se encontra dispersos dos dois períodos.

O conceito de comunidade que usamos para este trabalho insere-se na perspetiva dos museus reconstrotores. A comunidade refere-se a um grupo de indivíduos que, apoiado num património, realiza ações museológicas com objetivos e finalidades definidos a partir das suas necessidades e expectativas, definindo em conjunto os problemas e as soluções para os mesmos. Como é sabido qualquer comunidade possui determinado índice de continuidade comum; ou melhor, cada grupo social traz consigo uma carga do passado e de património que é a sua herança cultural. Para apropriar a herança do passado, a comunidade precisa de reinventar a interpretação oficial, adotando uma atitude crítica aquando do desenvolvimento das exposições, questionando as suas condições sociais de existência. Estes são aspetos realçados nas inúmeras atividades dos museus de consciência, tendo a comunidade como principal ator do processo. É importante realçar que para maior interação do museu com a comunidade, é necessário que grupos de cidadãos façam parte do projeto, engajados no compromisso e no entendimento.

O trabalho dos membros da comunidade consiste na reformulação do dever de memória, salvaguardando os processos que estiveram por detrás da violência perpetrada pela ditadura do regime fascista. É necessário criar “um modelo de ação para outros

grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público, memórias que evocam processos de violência ou de discriminação” (Heymann 2007, 21).

Na pesquisa etnográfica efetuada, a comunidade local, apesar de sentir que o Campo é o património de todos, está arredado das atividades do museu. Algumas pessoas inqueridas põem em causa o trabalho de memória feito e a função do Museu, uma vez que não satisfaz a comunidade local. Questionam, os preços praticados, a existência de uma visão estratégica para o sítio histórico.

“O Campo de Concentração continua a espera de melhores dias (...) não achamos isto satisfatório porque ninguém visita, a não ser escola e turistas. Nós, do Concelho, deveríamos participar (...) temos conhecimento histórico do espaço que podíamos transmitir as pessoas” (Entrevista com Andreza, professora do Ensino Básico Integrado, 15 de março de 2010).

O conhecimento da história do sítio é feito através de transmissão da memória coletiva. O fator identitário é importante quando a memória é acionada como “mecanismo de ampliação de compromisso social” (Jelin 2007, 59). O passado histórico de um lugar traz alimentos de reativação da memória que ajuda na reinterpretação e de resinificação desses lugares e eventos. No entendimento da professora Andreza, o museu deveria delegar as vozes às vítimas uma vez que vivenciaram na “pele” os abusos e atrocidades na primeira pessoa.

“Era interessante que as pessoas que vivenciaram a prisão viessem contar as suas experiências da prisão para ensinar aos mais jovens os sacrifícios” (Entrevista com Andreza, professora Ensino Básico Integrado, 15 de março de 2010).

As vozes das pessoas que vivenciaram a prisão carregam uma certa dose de verdade e de fidelidade relacionadas com as experiências passadas na prisão. A passagem de memória para os visitantes constitui um exercício de ação cívica, capaz de multiplicar subjetividades, favorecendo, assim, o entendimento e a identidade. É um processo ativo que envolvem várias vozes e ouvidos, refletindo a produção de sentido imposto pelo regime num outro contexto, o pós-colonial e a liberdade.

Os problemas sociais merecem espaços de debates no Museu. Enquanto nave de memória, o museu deve servir como palco de reflexão dos problemas da comunidade

local e global. As várias comunidades de memória existentes, «comunidade de experiência» e a «comunidade de solidariedade» constituem elementos integrados e facilitadores dos principais problemas contemporâneos.

O enquadramento dessas “comunidades” nos serviços e atividades do museu constitui um *handicap* do mesmo que precisa repensar a sua missão e vocação para satisfazer as demandas dos públicos e das comunidades. Nunca é demais dizer que o “resgate de memória”, os arranjos da exposição, o serviço educativo, os arquivos, etc., constituem grandes desafios do Museu.

### **Considerações finais**

O relacionamento da comunidade local com o seu património, agora Museu da Resistência, encontra-se carregado de memória. Memórias, essas onde se cruzam várias narrativas, pessoas de várias nacionalidades, de experiência do corpo que resistiu aos sofrimentos impostos, do encerramento, com a Revolução de abril em Portugal, etc. O Museu é o guardião da memória que testemunha o passado e que se transforma em princípio de ação do presente para o futuro. Para isso, é necessário fazer um trabalho de reconstrução de memória da resistência que se encontra dispersa nos dois continentes. Existe algum esforço no domínio da historiografia mas ainda não se traduziu no desenvolvimento do discurso do Museu. Para nós, é preciso ir além da fronteira dos discursos historiográficos para se tornar efetiva as memórias da resistência no plano social. Nesse aspeto a função social do Museu tem alguma palavra a dizer sobre esse assunto.

O trabalho de reconstrução de memória é a condição necessária para entendimento do processo histórico, através de criação de narrativas e cenários, de desenvolvimento de serviços educativos, de arquivos e outras plataformas que debatem as questões fraturantes da contemporaneidade.

### **Referências bibliográficas**

- Brito, Nélida. 2006. *Tarrafal na memória dos prisioneiros*. Lisboa: Dinossauro.
- Connerton, Paul. 1999. *Como as Sociedades Recordam*. 2.<sup>a</sup> Edição. Oeiras: Celta.

MENDES, Carlos – Museu da resistência: lugar de memória e instrumento da memória. *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 57-69.

Ferreira, Marieta de Moraes. 2006. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*, Lopes, António Herculano; Veloso, Monica Pimenta e Pesavento, Sandra Jatahy, pp. 195-203. Rio de Janeiro: 7Letras.

Halbwachs, Maurice. 1950. *La Mémoire Collective*. Paris: Les Presses universitaires de France.

Heymann, Luciana Quillet. 2007. O dever de memória na França contemporânea. In *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*, Gomes, Angela de Castro, pp. 15-43. Rio de Janeiro: FGV.

Le Goff, Jacques. 1988. *Histoire et Mémoire*. Paris: Gallimard.

Jelin, Elizabeth. 2007. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidade de la palabra. *Cadernos Pagu* N.º 29: pp. 37-60.

Lowenthal, David. 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: C.U.P.

Martins, Pedro. 1990. *Testemunho de um combatente*. Praia-Mindelo: Instituto Camões e Centro cultural Português.

Nora, Pierre. 1997. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard.

Pedro, Edmundo. 2007. *Memória: um combate pela liberdade*. Lisboa: Âncora Editora.

Pimentel, Irene. 2007. *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Vigilância Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos* Volume 5. Disponibilizado em URL: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf) e acedido em 15 de julho de 2010.

Ricoeur, Paul. 1996. Entre mémoire et histoire. *Projet* N.º. 248, pp. 8-14

Samuel, Raphael. 1997. Teatro da Memória. *Projeto História* N.º. 14, pp. 125-136.

Todorov, Tzvetan. 2000. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós.